

BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º Aditivo ao Contrato - DGCO nº 00187/2019, firmado em 06/12/2019. Favorecido: CWF BRASIL SERVIÇOS EIRELI - ME. Objeto: reajuste e repactuação do preço do contrato, atualização da cláusula de garantia contratual, ajuste das cláusulas pagamento e INSS/FGTS/TRIBUTOS, atualização de cláusula de entrega de documentos de fiscalização. Fundamento Legal: art. 69, inc. III, da Lei nº 13.303/2016. Valor: R\$ 5.235,23.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Aditivo ao Contrato - DGCO nº 00248/2022, firmado em 10/10/2022. Favorecido: REAL FILIPAPER EMBALAGENS LTDA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 09/10/2024. Fundamento Legal: art. 71 da Lei nº 13.303/2016. Valor: R\$ 439.109,90.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Apostilamento ao Contrato - DGCO nº 00082/2021, firmado em 17.06.2021, Favorecido: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.; Objeto: endosso inclusão de novo estabelecimento; Fundamento Legal: Lei nº 13.303/2016.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ARQUIVO NACIONAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2023 - UASG 200247

Número do Contrato: 17/2020.  
Nº Processo: 08227.000025/2019-89.  
Pregão. Nº 7/2020. Contratante: ARQUIVO NACIONAL - RJ. Contratado: 06.926.223/0001-60 - AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 17/2020, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 04/01/2024 a 03/01/2025, nos termos do art. 57, inciso ii, da Lei nº 8.666, de 1993.. Vigência: 04/01/2024 a 04/01/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 126.445,22. Data de Assinatura: 06/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 06/10/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2023 - UASG 200247

Número do Contrato: 18/2020.  
Nº Processo: 08227.000025/2019-89.  
Pregão. Nº 7/2020. Contratante: ARQUIVO NACIONAL - RJ. Contratado: 06.926.223/0001-60 - AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 18/2020, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 04/01/2024 a 03/01/2025, nos termos do art. 57, inciso ii, da lei nº 8.666, de 1993.. Vigência: 04/01/2024 a 04/01/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 9.990,31. Data de Assinatura: 06/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 06/10/2023).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2023 - UASG 200247

Número do Contrato: 20/2022.  
Nº Processo: 08227.001636/2022-40.  
Contratante: ARQUIVO NACIONAL - RJ. Contratado: 17.298.685/0001-05 - B7 EMPREENDIMENTOS LTDA. Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do preâmbulo do contrato n.º20/2022 e do 1º Termo de Apostilamento ao contrato, visando à alteração do CNPJ da Contratante. Onde se lê: " CNPJ/MF n.º 04.374.067/0001-47", leia-se: "CNPJ/MF n.º 00.489.828/0125-95". Vigência: 28/12/2022 a 28/12/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 5.653.058,56. Data de Assinatura: 05/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 05/10/2023).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2023 - UASG 200247

Número do Contrato: 17/2022.  
Nº Processo: 08227.001272/2022-06.  
Contratante: ARQUIVO NACIONAL - RJ. Contratado: 15.289.250/0001-60 - GEOMETRIE PROJETOS E SERVICOS DE URBANISMO E ARQUITETURA LTDA. Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação unilateral do preâmbulo do Contrato nº 17/2022 (SEI nº 0238240), visando a alteração do CNPJ da contratante. Onde se lê: " CNPJ/MF nº 04.374.067/0001-47", leia-se: "CNPJ/MF nº. 00.489.828/0125-95".. Vigência: 13/12/2022 a 19/03/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 2.799.788,83. Data de Assinatura: 06/10/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 06/10/2023).

SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

CENTRAL DE COMPRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 3/2023

O Ministerio da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Gestão e Inovação, da Central de Compras, informa o Resultado do Julgamento do Pregão 03/2023. Licitantes Vencedores: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRIA E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 06.020.318/0001-10 - Itens 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 91, 94, 96, 97, 98, 121 e 141 - Valor Total: R\$ 158.179.700,00; ON-HIGHWAY BRASIL LTDA - CNPJ: 36.519.422/0001-15 - Itens 21, 22, 23, 27, 29, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 147, 148 e 150 - Valor Total: R\$ 40.956.736,00; RENAULT DO BRASIL S A - CNPJ: 00.913.443/0001-73 - Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 - Valor Total: R\$ 6.076.050,00; DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 61.591.459/0001-00 - Itens 49, 116, 117, 128, 129, 142, 144 e 149 - Valor Total:R\$ 46.784.852,48; MARDISA VEICULOS S A - CNPJ: 63.411.623/0021-10 - Itens 92, 99, 102, 108, 110, 112, 119 e 122 - Valor Total: R\$ 18.151.100,00; TREVISO BETIM VEICULOS LTDA - CNPJ: 21.014.220/0001-44 - Itens 59, 69, 79, 109 e 126 - Valor Total: R\$ 15.040.000,00; MONACO DIESEL MACAPA LTDA - CNPJ: 09.597.026/0001-33 - Itens 43, 53, 63, 73, 93 e 123 - Valor Total: R\$ 19.468.000,00; MANUPA COMERCIO EXPORTAÇÃO IMPORT. DE EQUIP. E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA - CNPJ: 03.093.776/0001-91 - Itens 24, 25, 26, 28 e 30 - Valor Total: R\$ 7.438.000,00; TRANSRIO CAMINHÕES ONIBUUS MAQUINAS E MOTORES LTDA - CNPJ: 11.726.521/0015-42 - Itens 90, 100, 120 e 130 - Valor Total: R\$ 12.009.100,00; NAVESA MERCANTIL DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 10.953.767/0002-70 - Itens 35, 36 e 40 - Valor Total: R\$ 23.699.935,48; RIBEIRO VEICULOS S A - CNPJ: 75.642.256/0001-00 - Item 105 - Valor Total: R\$ 1.690.000,00; COVEZI CAMINHÕES E ONIBUS LTDA - CNPJ: 35.963.155/0001-08 - Itens 111, 113 e 118 - Valor Total: R\$ 8.550.000,00; TRACBEL VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 25.165.477/0001-58 - Itens 107 e 127 - Valor Total: R\$ 6.624.930,00; TRACBEL NORDESTE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 08.555.864/0013-15 - Itens 104, 114 e 124 - Valor Total: R\$ 7.678.860,00; GRANFER CAMINHÕES E ONIBUS LTDA - CNPJ: 03.727.516/0001-20 - Item 95 - Valor Total: R\$ 1.713.000,00; NISSEY MOTORS LTDA - CNPJ: 04.996.600/0001-02 - Item 38 - Valor Total: R\$ 2.717.880,00.

CARLOS EDUARDO GREGORIO PIRES  
Pregoeiro

(SIDEIC - 06/10/2023) 201057-00001-2023NE800168

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 05029.000369/2002-98 Objeto: Cessão de Uso Gratuito ao Município de Piaçabuçu/AL, de imóvel de propriedade da União, com área de 10.250,00 m², localizado na Rua Santa Lúcia, s/nº, Bairro Paciência, Piaçabuçu/AL, registrado no Cartório do Único Ofício, Serviço Notarial e de Registros, matrícula nº 1069, Livro de Registro Geral nº 2F, cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União, sob o RIP Imóvel nº 2835.00009.500-6 e RIP Utilização nº 2835.00001.500-2, avaliado em R\$ 605.467,50 (seiscentos e cinco mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), destinado à regularização da utilização do bem, para funcionamento da Creche Vicentina de Castro Silva.  
Cedente: União.  
Cessionário: Município de Piaçabuçu/AL  
Fundamento Legal: art. 17, § 2º, I, da Lei 8.666/93  
Declaração de Dispensa de Licitação por Mário Cardoso Gama Júnior, Superintendente do Patrimônio da União em Alagoas e ratificada por Lucio Geraldo de Andrade, Secretário do Patrimônio da União.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n.º 10154.121732/2022-56 Objeto: Cessão de uso gratuita de imóvel em área da União, constituído por espaço físico em águas públicas e terreno acrescido de marinha, totalizando 737,84 m2, localizados na denominada Praça do Papa, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo.  
Cedente: União Cessionário: Estado do Espírito Santo  
Finalidade: Implantação de ponto de embarque e desembarque de passageiros, do empreendimento Novo Sistema Aquaviário da Grande Vitória/ES.  
Fundamentação Legal: art. 17, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993.  
Declarada a dispensa de licitação pelo Sr. Superintendente do Patrimônio da União no Espírito Santo, Philipe Pupo Santos, e ratificada pelo Sr. Lúcio Geraldo de Andrade, Secretário do Patrimônio da União.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 19739.109265/2023-71 Objeto: Cessão de Uso Gratuito para o Município de Ribas do Rio Pardo - MS, de imóvel de propriedade da União, assim descrito: área de terreno de 14.400,00m², situado à Rua Ovidio Guimarães, 390 - Quadra inteira, Ribas do Rio Pardo/MS, registrado sob a Matrícula nº 6665 do 1º Serviço Registral de Ribas do Rio Pardo e cadastrado junto ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet sob o RIP Imóvel nº 9141 00006.500-8 e RIP utilização nº 9141 00007.500-3, avaliado em R\$ 4.401.190,06 (quatro milhões, quatrocentos e um mil, cento e noventa reais e seis centavos), tendo por finalidade a construção e instalação da Sede da Secretaria Municipal de Obras do Município de Ribas do Rio Pardo/MS. Cedente: União. Cessionário: Município de Ribas do Rio Pardo - MS. Fundamento Legal: art. 17, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/93. Declaração de Dispensa de Licitação por Tiago Resende Botelho, Superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul e ratificada por Lúcio Geraldo de Andrade, Secretário do Patrimônio da União.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 10154.157221/2022-72 Objeto: Cessão de Uso Gratuito para o Município de Rondonópolis - MT, de imóvel de propriedade da União, assim descrito: área de terreno de 18.500,00m², situado à Avenida Bandeirantes, nº 226, Bairro Jardim Oliveira, Rondonópolis/MT, registrado sob a Matrícula nº 8.689, Livro nº 02, Fls. 1, no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rondonópolis e cadastrado junto ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet sob o RIP Imóvel nº 9151 00088.500-2 e RIP utilização nº 9151 00087.500-7, avaliado em R\$ 3.519.255,00 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), tendo por finalidade a implantação do Parque Arco Verde Canivete/Bandeirantes, o qual visa proteger as áreas florestadas que atualmente já existem na localidade e promover uma cidade mais sustentável com opção de lazer, recreação e bem estar para população do Município de Rondonópolis/MT.  
Cedente: União.  
Cessionário: Município de Rondonópolis - MT.  
Fundamento Legal: art. 17, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/93.  
Declaração de Dispensa de Licitação por Cláudio Borges Alves, Superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso e ratificada por Lúcio Geraldo de Andrade, Secretário do Patrimônio da União.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 19739.105948/2021-97 Objeto: Cessão de Uso Gratuito para o Município de Barra dos Coqueiros - SE, de imóvel de propriedade da União, assim descrito: área de terreno dominial, acrescido de marinha, de 2.579,28m² e área construída de 1.053,46m², situado à Avenida Oliveira Martins, s/nº, Centro, Barra dos Coqueiros/SE, inscrição imobiliária municipal sob nº 0101097024000001, incorporado ao Patrimônio da União conforme demarcação LPM, homologada em 26/11/2022, avaliado em R\$ 1.881.644,82 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, seiscentos e quarenta e quatro reais, oitenta e dois centavos), tendo por finalidade a regularização do funcionamento da Escola Municipal de Ensino Infantil (E.M.E.I) "Professora Delzuita da Costa Dantas Santos" no Município de Barra dos Coqueiros/SE.  
Cedente: União.  
Cessionário: Município de Barra dos Coqueiros - SE.  
Fundamento Legal: art. 17, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/93.  
Declaração de Dispensa de Licitação por Waldoilson dos Santos Leite, Superintendente do Patrimônio da União em Sergipe e ratificada por Lúcio Geraldo de Andrade, Secretário do Patrimônio da União.

AVISO

SELEÇÃO DE ENTIDADES

Processo nº 19739.140542/2023-12

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria SPU/MGI nº 5135, de 05 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2023, que declarou de interesse do serviço público, para fins de provisão habitacional de interesse social, o imóvel da União localizado na Avenida Jequitaiá, nº 151, no bairro Água de Meninos, no município de Salvador, estado da Bahia, informa que foi encerrado o processo seletivo ocorrido de acordo com a Portaria SPU/MGI nº 3.859, de 19 julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2023, c/c a Portaria SPU/MGI nº 4776, de 22 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2023, e conforme elementos que integram o processo SEI nº 19739.140542/2023-12, sendo selecionada a entidade a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES E DESEMPREGADOS SEM TETO DO BRASIL.

LÚCIO GERALDO DE ANDRADE  
Secretário do Patrimônio da União

AVISO

SELEÇÃO DE ENTIDADE

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria SPU/MGI nº 4.934, de 30 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2023, que declarou de interesse do serviço público, para fins de provisão habitacional de interesse social, o imóvel da União, classificado como nacional interior, localizado na Avenida Goiás, nº 249, Setor Central, município de Goiânia, Estado de Goiás, CEP:74005-010, informa que foi encerrado o





### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2023

O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, por meio da **CENTRAL DE COMPRAS**, da **SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sobreloja, em Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.489.828/0051-14, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor(a), Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, nomeado(a) pela Portaria DGP/ME nº 2.608, de 30 de março de 2023, portador(a) da matrícula funcional nº 1503583, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2023**, publicada no DOU de **16/08/2023**, processo administrativo nº **14021.121963/2022-26**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de veículos administrativos, de transporte de pessoal e de carga, especificados nos itens 1 a 150 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº **03/2023**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**Fornecedor: NISSEY MOTORS LTDA.**

**CNPJ:** 04.996.600/0001-02

**Endereço:** Rua da Beira, 7670 B. Jardim Eldorado - Porto Velho/RO - CEP 76.811-738

**E-mail:** joao.silva@nisseymotors.com.br

**Representante Legal:** João Lúcio Ornelas Silva

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO (INCLUSIVE MARCA E MODELO)	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PRAZO DE GARANTIA
38	292214	Veículo utilitário, a diesel, tipo picape Cabine Dupla (CD), tração 4x4.	Und.	12	R\$ 226.490,00	R\$ 2.717.880,00	24 meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio

da Central de Compras/ SEGES, sendo sua competência praticar os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

- I. promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- II. remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023;
- III. gerenciar a ata de registro de preços;
- IV. conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- V. deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades;
- VI. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e registrá-las no SICAF;
- VII. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- VIII. aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; e
- IX. a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços os descritos no **ANEXO II - DEMANDA DETALHADA DAS PARTICIPANTES**, do Termo de Referência, Anexo I ao Edital, constando as listas de órgãos participantes para cada item e as suas respectivas quantidades.

3.2.1. Compete ao órgão ou à entidade participante:

- I. tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- II. assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- III. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nas obrigações contratuais;
- IV. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- V. prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.



4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Vedação a acréscimos de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes

condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 da Lei 14.133, de 2021](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023](#); ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora

poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do [artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, XIV do Decreto 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Brasília/DF, novembro de 2023.

**LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA**

Diretora

**JOÃO LÚCIO ORNELAS SILVA**

Representante Legal da Empresa NISSEY MOTORS LTDA.

CNPJ: 04.996.600/0001-02



Documento assinado eletronicamente por **João Lucio Ornelas Silva, Usuário Externo**, em 10/11/2023, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro, Diretor(a) Substituto(a)**, em 13/11/2023, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38196523** e o código CRC **9B1CB549**.

Ata de Registro de Preço (L14133/2021)  
Atualização: jun/2023

**Referência:** Processo nº 14021.121963/2022-26.

SEI nº 38196523